

Metas mantidas no superávit primário

O superávit primário referente à série de 12 meses terminada em março foi de 4,39% do PIB. Portanto, como os números do Banco Central (BC) demonstram, este resultado está acima da meta prevista de 4,25% de superávit. Antes que tais dados, estritamente técnicos, se transformem em munção pesada na luta político-eleitoral, convém notar fato inequívoco: se considerado o primeiro trimestre, o resultado primário que representou 6,25% no mesmo período de 2005 agora significa os 4,39% citados.

A partir desta realidade observe-se que o superávit do primeiro trimestre deste ano é produto de uma escolha, obviamente política. Como, aliás, também foi política a decisão de ter o superávit que foi alcançado no mesmo período do ano passado. O chefe do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes, não escondeu os motivos da escolha deste ano: “É resultado que parte da decisão do governo de estar mais próximo à meta neste ano”. Lopes foi bem claro ao dizer que em 2005 se buscou resultado maior que a meta de 4,25% e que agora o alvo está restrito à meta prevista, “sem as gorduras que tivemos no passado”.

Neste ano, o governo decidiu que não irá romper, nem para cima, nem para baixo, o “dique” dos 4,25% de superávit primário. Apenas escolheu ficar no centro da meta. O debate correto, portanto, está no sentido da decisão tomada, que é político: ater-se aos 4,25% de superávit. Sem sacrifícios extras. A rigor,

Neste ano, o governo decidiu ficar no centro da meta de superávit. Sem sacrifícios extras. E contará com a ajuda da Petrobras para alcançá-la

foi exatamente esse resultado que a ministra Dilma Rousseff disse que seria procurado como decisão do governo, desde novembro. Não há novidade no fato de que o governo está fazendo o que disse que iria fazer.

Os aspectos técnicos que sustentam tal escolha são claros. Se observado apenas o mês de março, o superávit primário alcançou R\$13,1 bilhões, superior 1,1% ao mesmo mês de 2005. Porém, esse saldo foi suficiente para pagar toda a conta de juros e ainda sobrar R\$ 286 milhões. Esse resultado só foi possível

porque a alta dos preços do petróleo puxou bem para cima as receitas da Petrobras e, com elas, todas as contas do setor público. Também contribuiu nesse período o forte aumento da arrecadação tributária, que beneficiou União, estados e municípios.

É verdade que a Lei de Diretrizes Orçamentárias impõe metas intermediárias para a União e estaduais. Por essa meta, que é quadrimestral, no final de abril, apenas o governo federal deve apresentar um superávit primário de R\$ 28,7 bilhões. De janeiro até março, o que se conseguiu foi apenas R\$ 13,9 bilhões, ou seja, faltam outros R\$ 14,7 bilhões a serem alcançados só no corrente mês. A esperança do corpo técnico do BC está tanto no desempenho da Petrobras, mais a forte arrecadação prevista para os últimos dias de abril, que concentra muitos pagamentos tributários como o do Imposto de Renda. No ano passado, a União arrecadou nos três últimos dias de abril, R\$ 13,8 bilhões.

Os números do BC mostram também que o governo federal foi o grande gastador neste primeiro trimestre. O saldo das contas federais despencaram dos 4,07% do PIB obtido no primeiro trimestre de 2005 para apenas

2,55%, de janeiro a março deste ano. Estados e municípios também fizeram menos economia em relação ao ano passado: 1,7% do PIB em 2005 frente a 1,24% em 2006. As estatais, porém, aumentaram o superávit obtido: no primeiro trimestre do ano passado foi de 0,55% do PIB e neste, de 0,6%. A receita da Petrobras, como reconhecem os técnicos do BC, foi a maior responsável pelos saldos positivos das estatais federais.

O economista Fábio Giambiagi, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), reconheceu que os resultados nas contas públicas, até agora foram bons, mas alertou: “Estamos à mercê das estatais em relação ao resultado do ano”. A análise parece correta, mas seria melhor admitir que o País está à mercê da receita de estatal específica, a Petrobras. Por outro lado, parece também correto que as receitas de petróleo, neste ano, devam continuar altas. Com elas, a possibilidade de manter a relação dívida pública/PIB em 50% é também alta. Essa relação, convém lembrar, é a primeira preocupação do investidor externo.